



MONTES CLAROS

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

CNPJ/MF nº 11.620.646/0001-98

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. (“Montes Claros” ou “Companhia”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2023.

1) A COMPANHIA

A Montes Claros é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A LTMF foi adquirida pela SGBH em 1º de julho de 2015, já em fase operacional, da Cobra Instalaciones y Servicios S.A.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:	
Extensão de linhas em km:	151,01
Tensão em kV:	138/345/500
Subestações próprias/acessadas:	4

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita: A Resolução Homologatória nº 3.216 publicada em 4 de julho de 2023, estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia, para o ciclo de 2023/2024, com acréscimo na RAP de R\$ 12.639.162 (doze milhões seiscentos e trinta e nove mil cento e sessenta e dois reais), vide nota explicativa 1.2.

3.2) Desempenho econômico-financeiro: Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2023 e 2022 são:

	2023	2022
• Liquidez geral	4,15	3,94
• Liquidez corrente	5,03	5,06
• Relação patrimônio líquido/ativo	75,89%	74,63%
• Relação passivo não circulante/ativo	21,27%	22,34%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	8,20%	8,11%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	12,22%	13,01%
Ativos totais - R\$	510.458.653	494.572.436
Lucro líquido do exercício - R\$	31.775.940	29.929.277

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2023 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança e criamos um novo departamento de Governança Corporativa que é composto por cinco gerências: Assuntos de Governança Corporativa, Regulatório de Relacionamento, Compliance e Privacidade, Cultura de Comunicação Corporativa e Gestão Administrativa e Supervisão. O novo departamento vai integrar divisões multidisciplinares e suas funções de gestão, fortalecendo a governança da empresa, de acordo com as melhores práticas do mercado. O Grupo é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com

reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Em 2023, também introduzimos um novo sistema de governança que através da sua implementação a rastreabilidade e eficiência dos processos de tomadas das decisões foram aprimoradas. Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos medidas relevantes como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvéria Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

5) GESTÃO DE RISCOS

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes ao mesmo tempo que se preserve e promova a geração de valor. Nesse sentido, a gestão de riscos constituiu um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a avaliação de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho. Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de promover o gerenciamento de riscos em toda organização conforme exigentes padrões de qualidade e alinhado com as melhores práticas e frameworks globais, visando à sustentabilidade corporativa, segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos relacionados à nossa estratégia corporativa bem como os fatores de riscos que permeiam nossas atividades e processos. A Matriz de Risco é constantemente atualizada e a SGBH monitora continuamente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa (“Top Risks”), além de desenvolver o ambiente de controles internos de todos os riscos mapeados bem como a condução de trabalhos de auditoria interna que auxiliam na avaliação da efetividade destes controles e identificação de oportunidades de melhoria.

6) ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E COMPLIANCE

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso e respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, ética e transparência nas relações com nossos colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros de negócio e concorrentes. Em 2023, fizemos atualizações importantes neste documento, a fim de darmos destaque ao Canal de Ética e, ainda, criamos tópicos específicos sobre o nosso compromisso com os Direitos Humanos, combate ao Assédio Moral e Sexual no ambiente de trabalho, e luta contra Fraude e Corrupção. Além disso, para todos os tópicos, foram incluídos exemplos práticos da conduta esperada e do que não será tolerado pela SGBH, tornando assim, o Código e Ética e Conduta um guia claro e preciso para ser consultado a qualquer momento. Com o objetivo aumentar a eficiência na condução do tema, também em 2023, criamos a Divisão de Compliance & Privacidade, parte do Departamento de Governança Corporativa. Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, o time de Compliance realiza treinamentos presenciais tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais, para todos os níveis hierárquicos. Além disso, o time de Compliance também é responsável por criar pilulas mensais abordando temas atuais de compliance enviados por e-mail, como privacidade e proteção de dados, igualdade racial e de gênero, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. O time de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por uma empresa independente

que analisa o conteúdo dos relatos e, após análise inicial, os encaminha ao Time de Compliance, que conduz as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos críticos são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança. Em 2023 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia. Em meados de 2022, a Companhia deu mais um grande e significativo passo na jornada ESG, com a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstrando que seu compromisso vai muito além da segurança operacional, e que suas práticas de meio ambiente, sustentabilidade e governança estarão cada vez mais alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o compromisso da Companhia de transmitir energia de forma sustentável e transparente, gerando valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

7) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivamos em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 13 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

8) SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente. Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de Auditoria Externa		2023	2022
Auditor Independente	KPMG Auditores Independentes	35.450	58.429
Total		35.450	58.429

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

9) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2024

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	9.798.935	16.633.140	Fornecedores - terceiros	12	1.812.806	4.095.068
Concessionárias e permissonárias	8	6.975.540	5.049.614	Fornecedores partes relacionadas	22	1.821.398	1.462.927
Contas a receber - partes relacionadas	22	282.232	317.434	Outros passivos circulantes		811.266	651.948
Almoxarifado	9	4.058.062	4.009.058	Empréstimos e financiamentos - terceiros	13	7.872.485	6.446.800
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		75.237	75.237	Imposto de renda e contribuição social a pagar		669.960	512.142
Outros impostos a recuperar		119.550	100.543	Outros impostos a pagar		398.007	608.541
Ativos de contrato	10	50.923.274	49.299.553	Taxas regulamentares		803.106	832.517
Outros ativos circulantes		584.247	323.699	Dividendos propostos	16	301.871	377.127
		72.817.077	75.808.278			14.490.899	14.987.070
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos - terceiros	13	75.797.991	79.399.046
Títulos e valores mobiliários	7	2.698.073	2.575.812	Provisão para contingências	14	194.296	95.490
Ativos de contrato	10	433.645.635	413.940.071	Impostos diferidos	15	32.597.485	30.976.214
Outros ativos não circulantes	11	194.296	1.648.428		16	108.589.772	110.470.750
		436.538.004	418.164.311	Patrimônio líquido			
Imobilizado		1.097.772	593.667	Capital social		300.025.069	300.025.069
Intangível		5.800	6.180	Retenção de lucros		80.936.623	64.262.055
		1.103.572	599.847	Reserva legal		6.416.290	4.827.492
Total do ativo		510.458.653	494.572.436	Total do passivo e do patrimônio líquido		510.458.653	494.572.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	285.025.069	3.331.029	38.779.691	-	327.135.789
Aumento de capital (Nota explicativa 16)	15.000.000	-	-	-	15.000.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	29.929.277	29.929.277
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 16)	-	1.496.463	-	(1.496.463)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 16)	-	-	28.148.485	(28.148.485)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 16)	-	-	-	(284.329)	(284.329)
Dividendos intermediários (Nota explicativa 16)	-	-	(2.666.121)	(2.666.121)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	300.025.069	4.827.492	64.262.055	-	369.114.616
Lucro líquido do exercício	-	-	-	31.775.940	31.775.940
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 16)	-	1.588.798	-	(1.588.798)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 16)	-	-	29.885.271	(29.885.271)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 16)	-	-	-	(301.871)	(301.871)
Dividendos intermediários (Nota explicativa 16)	-	-	(13.210.703)	(13.210.703)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	300.025.069	6.416.290	80.936.623	-	387.377.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. (“Montes Claros” e/ou “Companhia”) é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511 - Centro - Rio de Janeiro, com filial em Montes Claros - MG. A Companhia iniciou suas operações em 12 de agosto de 2014, e tem por objetivo social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1 Da Concessão:** Em 19 de janeiro de 2010, a Cobra Instalaciones y Servicios S.A., acionista da Companhia à época, foi declarada vencedora do Leilão Público da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) nº 005/2009 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica. Depois da aprovação da ANEEL, a Lintran do Brasil Participações S.A. passou a ser acionista majoritária da Companhia. No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União, por meio ANEEL, o Contrato de Concessão nº 003/2010 pelo prazo de 30 anos, contado a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Minas Gerais: (i) Linha de transmissão 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 162 km, com origem na Subestação Pirapora 2 e término na Subestação Montes Claros 2, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 151 km devido à característica do local em que a linha foi implantada. (ii) Subestação Itabrito 2 em 500/345 kV - 560 MVA. (iii) Subestação Padre Fialho em 345/138 kV - 150 MVA. (iv) Entradas de linha e interligação de barras, barramentos, compensador estático, transformador defasador 138/138 kv 150 MVA, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, projeção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações de transmissão descritas acima entraram em operação comercial em maio de 2013 (linha de transmissão em setembro de 2012 e subestação Padre Fialho em maio de 2013), exceto a subestação Itabrito 2, que iniciou suas atividades comerciais em 09 de agosto de 2014 e teve a conclusão da sua construção em junho de 2014. São ainda de responsabilidade da Companhia: (a) SE Itabrito 2 - Trecho de linha de transmissão em 500 kV, em dois circuitos

simples, com extensão aproximada de 2 km, entre o ponto de seccionamento da LT, em 500 kV São Gonçalo do Pará - Ouro Preto 2 e a SE Itabrito 2; trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 1 km, entre o ponto de seccionamento da LT em 345 kV Jeceaba - Ouro Preto 2 e a SE Itabrito 2; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações São Gonçalo do Pará, Ouro Preto 2 e Jeceaba; (b) SE Padre Fialho - Trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 0,10 km, entre o ponto de seccionamento da LT em 345 kV Vitória - Ouro Preto 2 e a SE Padre Fialho; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações Vitória e Ouro Preto 2. Os equipamentos e instalações descritos nos itens (e) e (f) deverão ser transferidos sem ônus para a CEMIG Geração e Transmissão S.A. e para Furnas Centrais Elétricas S.A., respectivamente, concessionárias de transmissão proprietárias das subestações e das citadas linhas de transmissão que serão seccionadas. De acordo com a Resolução Autorizativa nº 9.289/2020, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autoriza a Companhia, a implantar os reforços em instalação de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade referentes ao empreendimento: T2020-003 - SE Padre Fialho: 2º Banco de Transformadores 10 345/138 kV - 3x50 MVA. **1.2 Receita Anual Permitida (RAP):** A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e Taxa Referencial de Mercado (“TRM”), definida no contrato. O valor anual definido para a Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 20.916.000 (vinte milhões, novecentos e dezesseis mil reais) (histórico) e será corrigido anualmente no mês de julho pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão. Em 13 de julho de 2021 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 48.946.633 (quarenta e oito milhões, novecentos e quarenta e seis mil, seiscentos e trinta e três reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. Em 12 de julho de 2022 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 54.688.667 (cinquenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e oito mil e seiscentos e sessenta e sete reais) para o período de 1º de julho de 2022

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	17	81.370.243	105.856.787
Custo de construção e operação	18	(34.019.321)	(53.242.016)
Lucro bruto		47.350.922	52.614.771
Despesas gerais e administrativas	19	(2.572.146)	(4.104.586)
Outras despesas operacionais líquidas		(361.486)	(484.360)
Resultado antes do resultado financeiro		44.417.290	47.087.389
Resultado financeiro	20	(9.315.571)	(13.876.184)
Receita financeira		1.617.282	2.108.819
Despesa financeira		(10.932.853)	(15.985.003)
Resultado antes dos impostos antes do lucro		35.101.719	34.149.641
IRPJ e CSLL correntes	21	(2.583.801)	(2.404.839)
IRPJ e CSLL diferidos	21	(741.978)	(1.815.525)
Lucro líquido do exercício		31.775.940	29.929.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	31.775.940	29.929.277
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	31.775.940	29.929.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		35.101.719	34.149.641
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos	13	10.079.041	15.022.780
Depreciação e amortização		188.834	103.052
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(323.915)	(232.390)
Provisão para perda de crédito esperada	8	2.947	260.166
Provisão para contingências	14	98.806	(955.081)
Custo da transação de financiamento (Aumento) redução nos ativos operacionais	13	(1.561.067)	(536.512)
Concessionárias e permissonárias		(1.928.873)	(644.883)
Contas a receber - partes relacionadas		35.202	(198.140)
Imobilizado e intangível		-	15.302
Títulos e valores mobiliários			



MONTES CLAROS

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

CNPJ/MF nº 11.620.646/0001-98



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

a 30 de junho de 2023. Em 4 de julho de 2023 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 67.327.829 (sessenta e sete milhões, trezentos e vinte e sete mil e oitocentos e vinte e nove reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 01 de março de 2024. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. **2.4 Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Informação de políticas contábeis materiais: A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Políticas contábeis materiais (2022). Principais políticas contábeis em determinados casos, de acordo com as alterações.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas na Nota 4 em determinados casos (consulte a nota explicativa 3.1 para obter mais informações). **4.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **4.2 Concessionárias e permissonárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; e • Análise de devedores em falência. Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias. **4.3 Estoques:** Os estoques são compostos essencialmente por materiais de almoxarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo de contrato que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O custo dos estoques é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **4.4 Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. **Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua

mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **4.5 Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrado na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **4.6 Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **4.7 Impostos: Impostos incidente sobre a receita da transmissão de energia elétrica:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como reductor da Receita Bruta da Atividade. **Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL - Impostos Correntes:** A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% e 32% para IRPJ e 12% e 32% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **4.8 Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **4.10 Ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **4.11 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **4.12 Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) **Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas crescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (b) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. (c) **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **4.13 Instrumentos financeiros: a. Ativos financeiros: Classificação e mensuração** - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não

sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **b. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **4.14 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **4.15 Transações com partes relacionadas:** As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da companhia. (a) **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1):** As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 12, a Companhia possui empréstimos bancários com garantias que estão sujeitos a covenants específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações. (b) **Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7):** As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. (c) **Outras normas Contábeis:** • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	996.562	545.841
Aplicações financeiras (i)	8.802.373	16.087.299
	9.798.935	16.633.140

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média em de 102,77% do CDI em 2023 e de 100,64% do CDI em 2022. (i) Apesar de um aumento na receita referente ao reajuste anual de RAP e correção da inflação, a Companhia teve uma variação negativa no caixa, principalmente, devido aos pagamentos feitos para o projeto de reforço Padre Fialho e ao maior pagamento de dividendos no valor de R\$ 13.587.830 (treze milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, oitocentos e trinta reais) comparados com o valor pago em 2022 de R\$ 2.881.960 (dois milhões, oitocentos e oitenta e um mil, novecentos e sessenta reais).

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2023	31/12/2022
Conta reserva - financiamentos (i)	2.698.073	2.575.812
	2.698.073	2.575.812

(i) O percentual de amortização média aumentou de 0,205% em 2022 para 0,378% em 2023, consequentemente aumentando o valor do depósito em garantia. Os saldos apresentados como não circulante são para atender as exigências referentes às garantias reais do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples da Linhas de Transmissão Montes Claros S.A. Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor dos Debenturistas uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida e mais 50% da última prestação mensal de juros e demais acessórios decorrentes da dívida.

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	6.048.997	4.919.005
Vencidas até 30 dias	15.391	7.011
Vencidas até 60 dias	153.468	3.168
Vencidas até 90 dias (i)	390.998	4.707
Vencidas há mais de 90 dias (i)	664.494	410.585
	7.273.348	5.344.476
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(297.808)	(294.862)
	6.975.540	5.049.614

(i) O aumento em 2023 é decorrente das provisões de AVCs complementares referentes a rescisões de contrato dos grupos Exus, Newen Energies e Grupo Cassilândia ainda não recebidos. Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo A Companhia constitui uma provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação: **31/12/2023 31/12/2022**
Saldo inicial (294.862) (34.696)
Reversão de provisão 233 8.808
Complemento de provisão (i) (3.179) (268.974)
Saldo final (297.808) (294.862)
(i) A movimentação refere-se principalmente ao AVC complementar do grupo Quinturará, que foi provisionado em 2022 e ainda não foi recebido.

9. ALMOXARIFADO

	31/12/2023	31/12/2022
Almoxarifado de manutenção e operação	4.058.062	4.009.058
	4.058.062	4.009.058

Nesse grupo são classificadas as peças de almoxarifado consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

10. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	50.923.274	49.299.553
Não circulante	433.645.635	413.940.071
	484.568.909	463.239.624

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está assim apresentada:

continua ★





MONTES CLAROS

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

CNPJ/MF nº 11.620.646/0001-98



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2022	463.239.624
Receita de construção (i)	24.194.621
Receita de O&M (ii)	13.065.118
Receita de remuneração (iii)	48.903.600
Recebimentos (iv)	(62.073.136)
Imobilizado em curso (v)	(2.760.918)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	484.568.909
Circulante	50.923.274
Não circulante	433.645.635
Saldo em 31 de dezembro de 2021	401.365.836
Receita de construção	56.126.187
Receita de O&M	11.239.892
Receita de remuneração	43.350.163
Recebimentos	(51.770.640)
Imobilizado em curso	2.928.186
Saldo em 31 de dezembro de 2022	463.239.624
Circulante	49.299.553
Não circulante	413.940.071

(i) O saldo refere-se ao projeto de reforço da subestação Padre Fialho conforme resolução autorizativa 9289/20 concluído em 2023; (ii) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção; (iii) Variação devido ao aumento do saldo de ativo contratual que consequentemente aumenta a receita de remuneração; (iv) Saldos se referem a recebimentos dos serviços prestados de transmissão conforme RAP aprovada e atualizada a cada ciclo pelo regulador; (v) Variação refere-se a baixas de adiantamentos do projeto de reforço da subestação Padre Fialho realizadas em 2023. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

11. OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

	31/12/2023	31/12/2022
Reembolsos (i)	194.296	95.490
Comissão de debentures (ii)	-	1.552.938
	194.296	1.648.428

(i) Variação substancialmente referente a atualização monetária do processo 0063017-65.2011.8.13.0461 e complemento de provisão dos processos 0056077-71.2011.8.13.0433 e 0002096-09.2012.8.13.0461, conforme nota 14. (ii) A variação refere-se substancialmente a reclassificação para adequação contábil do custo da transação relacionado à emissão da debênture para o grupo de Empréstimos e Financiamentos no passivo não circulante como uma conta retificadora.

12. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para encerramento de obra (i)	1.677.608	-
Fornecedores relacionados à construção (ii)	2.842	3.927.908
Gastos ambientais e fundiários	2.936	11.294
Prestadores de serviços	84.707	63.626
Outros	44.713	92.240
	1.812.806	4.095.068

(i) Provisão referente a provisão de encerramento do projeto de reforço da subestação Padre Fialho em 2023. (ii) Variação refere-se substancialmente a compra de materiais para à implementação do projeto de reforço da subestação Padre Fialho em 2022.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. Total da dívida

Descrição	Venci- mento	Garan- tidor	Encargos	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	ago/12	abr/29	(c) 8,75% a.a.	83.670.476	85.845.846
			IPCA +	83.670.476	85.845.846
Circulante				7.872.485	6.446.800
Não circulante				75.797.991	79.399.046
				83.670.476	85.845.846

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial		Juros, variações e cambial	Liquidação de juros	Liquidação principal	Amortização de custos	Saldo final
	31/12/2022	31/12/2023					
Debêntures	85.845.846	10.079.041	(6.982.564)	(3.710.780)	(1.561.067)	83.670.476	85.845.846
Total	85.845.846	10.079.041	(6.982.564)	(3.710.780)	(1.561.067)	83.670.476	85.845.846

Debêntures: Em 09 de agosto de 2012 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional a ser Convoluta em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Transmissão Montes Claros S.A., com desembolso em 15 de agosto do mesmo ano no valor de R\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de reais), sendo a primeira amortização em 15 de julho de 2020 com o término em 15 de abril de 2029. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 8,75% a.a. Em 2023 houve pagamento de principal no valor de R\$ 3.710.780 (três milhões, setecentos e dez mil e setecentos e oitenta reais) e juros no valor de R\$ 6.982.564 (seis milhões, novecentos e oitenta e dois mil, quinhentos e sessenta e quatro reais). **c. Garantias Debêntures:** • Cessão de direitos emergentes do contrato de concessão. • Penhor dado por todos os acionistas em favor dos debenturistas, da totalidade das ações da Companhia. • Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. • Conta Reserva constituída no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização.

d. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo)

	Amortização
2025	7.360.916
2026	9.332.348
2027	18.900.338
2028 - 2029	40.204.389
	75.797.991

e. Covenants: A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida, conforme Escritura da 2ª Emissão de Debêntures. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,3. O cálculo do referido índice em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é efetuado a partir do balancete societário auditado e é apresentado conforme abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
A) Geração de caixa da atividade	42.757.111	46.871.000
(+) LAJIDA (EBITDA)	44.881.239	48.540.000
(-) Imposto de Renda	(1.314.615)	(960.000)
(-) Contribuição Social	(809.513)	(709.000)
B) Serviço da Dívida	10.693.344	8.659.612
(+) Amortização de Principal	3.710.780	1.921.443
(+) Pagamento de Juros	6.982.564	6.738.169
C) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = (A)/(B)	4,0	5,4
Índice de cobertura do serviço da dívida contratual		
O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:		
(+) Lucro Líquido	31.775.940	29.929.277
(+) Despesas (receita) financeira líquida	9.315.570	1.588.798
(+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais	3.325.779	3.018.722
(+) Depreciações e amortizações	188.834	192.732
(+) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas	275.116	284.329

A Companhia também deve apresentar o Índice de Capitalização com valor igual ou superior a 30%, conforme cálculos abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido (A)	387.377.982	369.114.616
Ativo total (B)	510.458.653	494.572.436
Índice de Capitalização (A/B)	76%	75%

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia, constitui provisões para riscos de servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Servidão (i)	194.296	95.490
	194.296	95.490

(i) O valor em questão é proveniente da exposição dos processos fundiários de constituição de servidão: 0002096-09.2012.8.13.0461, 0056077-71.2011.8.13.0433, 0063017-65.2011.8.13.0461 e 0050350-13.2012.8.13.0461 todos em fase recursal, sendo R\$ 58.270 (cinquenta e oito mil, duzentos e setenta reais) a exposição de maior valor entre os processos. Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Servidões(ii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	95.490	95.490
Adições e reversões, líquidas	48.452	48.452
Atualização monetária	50.354	50.354
Saldo em 31 de dezembro de 2023	194.296	194.296

Saldo em 31 de dezembro de 2021

	Servidões	Total
Adições e reversões, líquidas	1.050.571	1.050.571
Atualização monetária	(955.081)	(955.081)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	95.490	95.490

(ii) **Servidões:** A variação decorreu de atualização monetária ocorrida em quatro casos nos quais se discute a constituição de servidão de passagem. São os Processos 0002096-09.2012.8.13.0461, no valor de R\$ 58.270 (cinquenta e oito mil, duzentos e setenta reais), 0056077-71.2011.8.13.0433, no valor de R\$ 106.720 (cento e seis mil, setecentos e vinte reais), 0063017-65.2011.8.13.0461, no valor de R\$ 49.694 (quarenta e nove mil, seiscentos e noventa e quatro reais) e 0050350-13.2012.8.13.0461, no valor de R\$ 53.484 (cinquenta e três mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais), os quais tramitam perante o Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Em todos os casos se aguarda decisão final de mérito pelo Poder Judiciário.

Contingências possíveis (não provisionadas): As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fundiários e de servidão e fiscais, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Servidões (i)	83.962	72.996
Fiscais (ii)	25.669.858	22.674.646
	25.753.820	22.747.642

(i) **Servidões:** A variação decorreu de atualização monetária ocorrida em dois processos fundiários ajuizados pela Companhia para implementar servidão administrativa de passagem em áreas específicas (fração de imóveis) onde são instaladas as torres de transmissão de energia elétrica. Os casos nos quais os temas aqui referidos são discutidos são os seguintes: 5002252-10.2021.8.13.0003, no valor de R\$ 68.273 (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e três mil reais) e 5002209-73.2021.8.13.0003, no valor de R\$ 15.688 (quinze mil, seiscentos e oitenta e oito reais), todos do Estado de Minas Gerais. (ii) **Fiscais:** A variação decorreu de atualização monetária em três casos fiscais nos quais se discutem diversos tributos, tais como, IRPJ e CSLL. São os Processos 17227-720.122/2020-16, no valor de R\$ 13.770.407 (treze milhões, setecentos e setenta mil, quatrocentos e sete reais), 17227-720.121/2020-71, no valor de R\$ 11.895.604 (onze milhões, oitocentos e noventa e cinco reais, seiscentos e quatro reais) e 10700.721809/2023-30, no valor de R\$ 3.846 (treze mil, oitocentos e quatro reais), todos com trâmite na esfera administrativa.

15. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
IR e CSLL diferidos (i)	14.918.314	14.176.336
IR Diferido	9.687.217	9.205.413
CSLL Diferida	5.231.097	4.970.923
Pis e Cofins diferidos (i)	17.679.117	16.799.878
Pis Diferido	3.148.345	2.991.759
Cofins Diferido	14.530.826	13.808.119
	32.597.485	30.976.214

(i) Variação deste grupo ocorreu em função do aumento do ativo contratual conforme detalhado na nota explicativa 10.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 300.025.069 (trezentos milhões, vinte e cinco mil e sessenta e nove reais) dividido em 300.025.069 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2023 e 2022	2022 e 2021
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%	0,01%
	100%	100%

b. Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. **c. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível o montante de R\$ 80.936.623 (oitenta milhões, novecentos e trinta e seis mil e seiscentos e vinte e três reais) e R\$ 64.262.055 (sessenta e quatro milhões, duzentos e sessenta e dois mil e cinquenta e cinco reais) respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. **d. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 20 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	31.775.940	29.929.277
Reserva legal (5%)	(1.588.798)	(1.496.463)
Base de cálculo para os dividendos	30.187.142	28.432.814
Dividendo mínimo obrigatório	301.871	284.329

Foram efetuadas as aprovações de pagamento de dividendos que foram pagos ao longo de 2023 e 2022 conforme demonstrado abaixo:

	Data	Pagamento em 2023	Pagamento em 2022
Órgão aprovador	aprovação		
AGO	26/04/2022	-	215.839
RCA	24/05/2022	-	2.666.121
AGO	26/04/2023	92.798	-
AGO	26/04/2023	284.329	-
RCA	12/06/2023	13.210.703	-
	Total	13.587.830	2.881.960

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	86.787.086	111.908.498
Receita de operação e manutenção (i)	13.065.118	11.239.892
Remuneração dos ativos de contrato (ii)	48.903.600	43.350.163
Receita de construção (iii)	24.194.621	56.126.187
Outras receitas (iv)	623.747	1.192.256
Deduções da receita operacional	(5.416.843)	(6.051.711)
PIS e COFINS correntes	(2.289.329)	(1.933.146)
PIS e COFINS diferidos	(879.292)	(2.151.514)
RGR	(1.439.627)	(1.283.692)
P&D	(581.201)	(490.627)
TFSEE	(227.394)	(192.732)
	81.370.243	105.856.787

(i) Variação refere-se à receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção, conforme nota explicativa 10. (ii) Aumento devido à

variação do saldo do ativo contratual sobre o qual é calculada a remuneração. (iii) Variação refere-se à finalização dos projetos de reforço da subestação Padre Fialho em abril de 2023 conforme resolução autorizativa 9289/20, conforme nota explicativa 10. (iv) A conta de outras receitas é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo de adoção e a RAP do ciclo atual. A variação de 2023 em relação a 2022 se deu devido à redução da receita proveniente da conclusão do projeto de reforço da subestação Padre Fialho em 2023, conforme nota explicativa 10.

18. CUSTO DE CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(6.180.968)	(6.022.960)
Serviços de terceiros	(645.354)	(903.183)
Arrendamentos e alugueis	(1.121.633)	(1.145.859)
Seguros	(434.232)	(336.953)
Tributos	(13.462)	(6.833)
Custo de construção (i)	(24.850.025)	(43.652.226)
Custo de operação e manutenção	227.885	(304.382)
Outras	(898.847)	(778.995)
	(34.019.321)	(53.242.016)

(i) A redução ocorreu devido, substancialmente, a compra de autotransformador monofásico e serviços de projeto executivo, fornecimento e construção de instalação da SE da implementação dos projetos de reforço da subestação Padre Fialho conforme resolução autorizativa 9289/20, no ano de 2022.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2022	31/12/2022
Pessoal (i)	(1.656.698)	(2.669.379)
Administradores	(204.788)	(165.5



MONTES CLAROS

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

CNPJ/MF nº 11.620.646/0001-98



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)**

de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.

22.4 Remuneração da Administração (pessoal-chave): As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	245.781	306.971
Benefícios diretos e indiretos	41.456	53.909
Encargos	120.565	182.980
Provisões (13º salário, férias e bônus)	154.916	248.138
Valor total da remuneração	562.718	791.998

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Exceto conforme detalhado no item 23.2 a seguir, a Companhia considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros, não diferem dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrados no item 23.1 abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

23.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	9.798.935	16.633.140
Títulos e valores imobiliários	7	2.698.073	2.575.812

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	22	282.232	317.434
Concessionárias e permissionárias	8	6.975.540	5.049.614

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos - terceiros	13	83.670.476	85.845.846
Fornecedores - terceiros	12	1.812.806	4.095.068
Fornecedores partes relacionadas	22	1.821.398	1.462.927

23.2 Instrumentos financeiros que são exigidas divulgações do valor justo: Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os pagamentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo. Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo:

• Saldo contábil: 83.670.476; • Cálculo valor justo: 84.827.425. A Companhia considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos.

23.3 Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: **a. Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de

controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **b. Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Feito em Reais	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	9.798.935	16.633.140
Títulos de Valores Mobiliários	2.698.073	2.575.812
Contas a receber partes relacionadas	282.232	317.434
Concessionária e Permissionárias	6.975.540	5.049.614

Passivos Financeiros

Empréstimos e financiamentos - Terceiros	83.670.476	85.845.846
--	------------	------------

c. Riscos cambiais: Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. **d. Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados as concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. **e. Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e

financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

24. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000.000	20.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	246.876.974	246.876.974
Veículos	Carros	682.172	608.528
		267.559.146	267.485.502

26. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 27.276.229 (vinte e sete milhões, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e vinte e nove reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total do Contrato
LTMC-PM-2021-3909	E-GUANA	Sistema siget para LTMC - Padre Fialho (Aneel)	18/03/2021	9.540
LTMC-PM-2021-3965	Marte	Projeto Básico para LTMC - Padre Fialho	15/04/2021	19.800
		Fornecimento de Equipamentos -		
		Autotransformadores Monofásicos	06/01/2022	5.987.165
		Contrato EPC - Autorizado pela ANEEL (R.E.A.)	20/09/2021	8.746.363
		IPARO - Fornecimento SPCS	01/09/2022	2.189.254
		IPARO - Fornecimento de Estruturas Metálicas	26/01/2022	1.061.143
		IPARO - Projeto Eletromecânico	08/12/2022	230.000
		IPARO - Fornecimento de estrutura pré-moldada da Casa de Relés, canaletas pré-moldadas e paredes corta-fogo pré-moldadas,	17/12/2021	137.650
		IPARO - Fornecimento de 05 Chaves Seccionadoras		
		362kV e 14 Chaves Seccionadoras 145kV	21/01/2022	2.295.470
		IPARO - Fornecimento de Transformadores	21/01/2022	384.669
		IPARO - Terraplenagem	21/03/2022	1.717.178
		Peças de reposição	21/03/2022	292.494
		Fornecimento de TPs and TCs	26/01/2022	804.406
		Peças de reposição	26/01/2022	148.730
		Peças de reposição	01/08/2022	305.709
		Contrato EPC - Parecer Autorizativo ONS (P.A.)	20/10/2021	1.789.139
		IPARO - Fornecimento SPCS	15/06/2022	267.954
		IPARO - Fornecimento e Montagem de Disjuntores de 145kV;	23/05/2022	176.373
		IPARO - Fornecimento de Chaves Seccionadoras	30/04/2022	401.500
		IPARO - Fornecimento de Transformadores	24/05/2022	54.509
		Peças de reposição	28/07/2022	257.183
		Inspeção	28/08/2021	9.540
				27.276.229
				Em R\$
				27.276.229
				27.276.229

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.**, Rio de Janeiro - RJ.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes:** Veja a Nota 4.4, 10 e 17 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. De acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto. A estimativa do valor do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolveu, em seu reconhecimento inicial, o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Espera-se que as premissas utilizadas para mensuração e reconhecimento inicial permaneçam inalteradas para as mensurações prospectivas em datas-bases subsequentes. Devido à especificidade e relevância dos ativos de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração reconhecidas em conjunto das demonstrações financeiras, além de possuírem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos a atualização dessas rubricas como assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** – Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Entendimento do desenho e implementação dos

processos relevantes; (ii) A leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço dos contratos; (iii) Verificação: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; e (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovados pela Companhia, permanecendo inalteradas em relação as premissas utilizadas no exercício anterior; (iv) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração sobre o ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.216/2023 e nº 3.067/2022, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos); (v) Verificação se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados; (vi) A avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. – Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

